SÃO SIMÃO SANEAMENTO AMBIENTAL S/A

CNPJ nº 46.572.336/0001-20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 da São Simão Saneamento Ambiental S/A. A Administração agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados, especialmente a nossa equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação, aos fornecedores e prestadores de serviços pela qualidade e pontualidade e aos clientes pela credibilidade em nosso trabalho. São Simão, 28 de abril de 2023. Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31.12.2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.785
Contas a receber de clientes	5	650
Impostos a recuperar	6	79
Estoque		528
		4.042
Não circulante		
Imobilizado	7	983
Intangível	8	9.324
		10.307
Total do ativo		14.349

Passivo	Nota	31.12.2022
Circulante		
Fornecedores	9	281
Obrigações fiscais	10	41
Salários e obrigações sociais	11	167
		489
Não circulante		
Partes relacionadas	12	480
		480
Patrimônio líquido	13	
Capital social		13.980
Prejuízos acumulados		(600)
		13.380
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		14.349

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PERÍODO DE 26.05.2022 (DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES) A 31.12.2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	26.05.2022 a 31.12.2022
Receita operacional líquida	14	612
Custos dos serviços prestados	15	(942)
Lucro bruto		(330)
Despesas (receitas) operacionais		
Administrativas	16	(320)
Tributárias		(22)
		(342)
Resultado antes do resultado financeiro		(672)
Resultado Financeiro	18	
Receitas financeiras		77
Despesas financeiras		(5)
		72
Resultado antes do IR e contrib. social		(600)
Prejuízo do período		(600)
Prejuízo por ação		(0,04)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PERÍODO DE 26.05.2022 (DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES) A 31.12.2022 (Em milhares de reais)

	26.05.2022 a 31.12.2022
Prejuízo do período	(600)
Outros Resultados Abrangentes	-
Resultado Abrangente Total	(600)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PERÍODO DE 26.05.2022 (DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES) A 31.12.2022 (Em milhares de reais)

	26.05.2022 a 31.12.2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais:	
Prejuízo do período	(600)
Ajustes por:	
Depreciação	1
Prejuízo ajustado	(599)
Variações nos ativos e passivos	
Aumento (diminuição) em contas a receber	(650)
Aumento (diminuição) em impostos a recuperar	(79)
Aumento (diminuição) em estoques	(528)
Aumento (diminuição) em fornecedores	281
Aumento (diminuição) em obrig. fiscais a pagar	208
Aumento (diminuição) em partes relacionadas	480
Caixa líquido utilizado nas operações	(887)
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Aquisição de ativo imobilizado	(984)
Aquisição de ativo intangível	(9.324)
Recursos líqs. aplicados nas ativs. de investimento	(10.308)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Aumento de Capital	13.980
Recursos líqs. gerado das ativs. de financiamento	13.980
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.785
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa:	
Caixa e equivs. de caixa no início do período	-
Caixa e equivs. de caixa no fim do período	2.785
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.785

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PERÍODO DE 26.05.2022 (DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES) A 31.12.2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 26.05.2022 (data de abertura)	-	-	-
Integralização do capital social conf. escritura de constituição	7.503	-	7.503
Aumento do capital social conf. AGE de 09/09/2022	6.477	-	6.477
Prejuízo do período	-	(600)	(600)
Saldos em 31.12.2022	13.980	(600)	13.380

As notas explicativas da administração são parte integrante dasdemonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O PERÍODO DE 26.05.2022 (DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES) A 31.12.2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional: 1.1. - Objeto social: A SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S/A (Companhia) é uma sociedade anônima de capital de fechado, controlada da Orbis Engenharia Ambiental S/A, iniciou as suas operações em 26 de maio de 2022 e tem como objeto social específico a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e serviços complementares de água e esgoto, bem como a realização das atividades correlatas e a exploração de receitas extraordinárias, no Município de São Simão, Estado de Goiás, em regime de exclusividade e mediante concessão administrativa, conforme as especificações contidas no Edital de Concorrência Publica nº 003/2021 e no contrato administrativo a ser firmado com o referido Município.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, bem como as normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC – PME (Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas). A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a Administração julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das informações contábeis intermediárias são apresentadas na Nota Explicativa nº 2.e. **b) Data de aprovação das demonstrações contábeis:** Em 28 de abril de 2023, a Diretoria aprovou estas demonstrações contábeis e autorizou a sua divulgação. **c) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis, e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (e). **d) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** Ao preparar as demonstrações contábeis a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

3 - Resumo das Principais Políticas Contábeis: a) Apuração do resultado: É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. **b) Instrumentos financeiros:** ***(i) Ativos financeiros não derivativos:*** A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***Caixa e equivalentes de caixa:*** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa n° 4. ***Empréstimos e recebíveis:*** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. ***Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:*** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. ***(ii) Passivos financeiros não derivativos:*** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. ***(iii) Instrumentos financeiros derivativos:*** A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **c) Contas a receber:** Os valores a receber são demonstrados a valor justo, já deduzidos da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída, quando necessário, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando os riscos envolvidos. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. **d) Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na produção, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação. A Companhia utiliza o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção, incluindo gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. A Companhia reconhece as perdas, quando aplicável, nos estoques considerando a diferença entre o preço praticado e custo médio apurado. **e) Imobilizado:** Demonstrado aos custos de aquisição, formação ou construção, deduzidos das depreciações que não supera o valor provável de recuperação determinado com base nos resultados das operações futuras. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7. A Companhia avalia a cada exercício o valor para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Um ativo imobilizado é considerado passível de ajuste de desvalorização quando seu valor contábil exceder seu valor recuperável. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis. **f) Intangível:** É representado por gastos com os direiros de outorga da concessão. As taxas de amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera a geração de benefícios econômicos. **g) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais da Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais, trabalhistas e previdenciárias ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os passivos contingentes são avaliados pela Administração com o apoio dos assessores legais da Companhia, onde aqueles considerados como provável o risco de perda, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas. **h) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período são calculados pelo regime de tributação do Lucro Real. Os encargos de imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A alíquota do imposto de renda é 15% com adicional de 10% sobre uma base superior a R$ 240 anuais e a alíquota da contribuição social é de 9%. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis e são determinados usando alíquotas de imposto (base a legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. **i) Receita de serviços:** A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de prestação de serviços possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo contrato de prestação de serviço celebrado entre a Companhia e seus clientes. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. **j) Resultado básico por ação:** O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação. **k) Demonstração dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a seção 7 do CPC aplicável a pequenas e médias empresas (CPC PME).

4 - Caixa e Equivalente de Caixa	31.12.2022
Bancos conta movimento	208
Aplicações de liquidez imediata (i)	2.577
	2.785

(i) As aplicações financeiras estão substancialmente concentradas em CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), mantidas em instituições financeiras de primeira linha, com remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2022.

5 - Contas a Receber de Clientes	31.12.2022
Saldos vincendos	650
Total	**650**

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito.

6 - Impostos a recuperar	31.12.2022
IRRF a recuperar	3
PIS e COFINS a recuperar	76
	79

7 - Imobilizado: a) Composição

	Taxa Anual de Depreciação %	Custo	31.12.2022 Depreciação acumulada	31.12.2022 Valor residual
Equip. de campo e auxiliar	20	10	-	10
Imobilizado em curso	-	952	-	952
Outros	Divs.	22	(1)	21
		984	(1)	983

b) Movimentação do imobilizado

Descrição	Equipamentos de campo e auxiliar	Imobilizado em curso	Outros	Total
Saldo líquido em 31/12/2021	-	-	-	-
Adições	10	952	22	984
(-) Deprec. acumuladas	-	-	(1)	(1)
Saldo líquido em 31/12/2022	10	952	21	983

8 - Intangível: São representados por gastos com os direitos de outorga da concessão. No início da concessão a Companhia pagou um total de R$ 9.324 (nove milhões, trezentos e vinte e quatro mil reais), sendo R$ 4.762 (quatro milhões, setecentos e sessenta e dois mil reais) a titulo de reembolso a Caixa Economica Federal referente aos custos de estruturação da concorrencia e R$ 4.562 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e dois mil reais) ao poder concedente.

9 - Fornecedores	31.12.2022
Fornecedores nacionais (i)	281
	281

(i) Representado basicamente por insumos e serviços utilizados nas operações da Companhia.

10 - Obrigações fiscais	31.12.2022
Impostos retidos de terceiros	21
Obrigações fiscais da concessão	20
	41

11- Salários e obrigações sociais	31.12.2022
Salários a pagar	61
Provisão de férias e encargos	72
Encargos sociais a recolher	34
	167

12 - Partes relacionadas Passivo Não Circulante	% de Participação	31.12.2022
Empréstimos (*)		
VITAL Engenharia Ambiental S/A	20,00%	480
Total no Passivo Não Circulante		480

(*) Sobre estas operações não incidem encargos de qualquer natureza e não possuem data de vencimento.

13 - Patrimônio líquido: a) Capital Social: A Companhia foi constituída em 26 de maio de 2022, com o capital social de R$7.503 (sete milhões, quinhentos e três mil reais), representado por 7.502.925 (sete milhões, quinhentos e dois mil e novecentos e vinte e cinco) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 09 de setembro de 2022, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi realizado o aumento de capital da Companhia no montante de R$6.477 (seis milhões quatrocentos e setenta e sete mil reais), representado por 6.477.086 (seis milhões quatrocentos e setenta e sete mil e oitenta e seis) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R$13.980 (treze milhões, novecentos e oitenta mil reais), representado por 13.980.011 (treze milhões, novecentos e oitenta mil e onze) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b) Reserva legal e distribuição de lucros e dividendos:** O Estatuto prevê que do lucro líquido apurado no exercício serão destinados 5% (cinco por cento) à constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social e 5% (três por cento) à distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, podendo a Assembleia Geral deliberar pela distribuição inferior a constante neste artigo. **c) Reserva de retenção lucros:** O Estatuto prevê no §2º do artigo n° 26 que, após a constituição da reserva legal e a distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, a Assembleia Geral poderá deliberar pela retenção de todo o lucro.

d) Resultado por ação	Resultado do Exercício	Quantidade de ações	Resultado por ação
31.12.2022	(600)	13.980	(0,04)

14 - Receita operacional líquida	31.12.2022
Receita de Serviços	674
Total de Receita Bruta	**674**
(-) PIS	(11)
(-) COFINS	(51)
Total de Impostos s/Faturamento	**(62)**
Receita Operacional Líquida	612

15 - Custos dos serviços prestados	31.12.2022
Pessoal	(761)
Locação	(97)
Depreciação	(2)
Outros	(82)
	(942)

16 - Despesas administrativas	31.12.2022
Comerciais	(7)
Indedutíveis	(7)
Locação	(7)
Seguros	(120)
Gerais (i)	(179)
	(320)

(i) Representado basicamente por despesas de conservação, manutenção e consumo da área administrativa da Companhia.

17 - Resultado financeiro líquido	31.12.2022
Receitas Financeiras	77
Total	**77**
Despesas Financeiras	
Bancária	(4)
Juros	(1)
Total	**(5)**
Resultado Financeiro Líquido	**72**

18 - Gestão de risco financeiros: a) Considerações Gerais: As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia. As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios da Companhia. **b) Gerenciamentos de Riscos:** A Companhia está exposta: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

19 - Coisa julgada: Alinhado ao entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), como conclusão dos julgamentos dos recursos extraordinários que discutem os limites da coisa julgada em matéria tributária (RE 949.297 e do RE 955.227, elencados nos Temas 881 e 885 da repercussão geral), na qual houve entendimento pela cessação de efeitos da coisa julgada de forma automática nos casos em que houver nova decisão em sentido contrário do STF, confirmamos nosso entendimento de que não há temas de ordem tributária vinculados à nossa escrita fiscal que tenham sido objeto de processos judiciais com trânsito em julgado individual, em relação aos quais estejamos fruindo os efeitos, que foram ou, eventualmente, ainda que de forma hipotética, possam vir a ser matéria de nova avaliação pelo STF em sede eficácia geral, pelo que confirmamos não haver quaisquer considerações ou efeitos a serem considerados nas demonstrações contábeisreferentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ora apresentadas.

INDIARA CARDOSO GUASTI
DANNIEL MONTEIRO SALDANHA DE ANDRADE LINCOLN
CONTADOR
WALTER LUIS DA SILVA JUNIOR - CRC-RJ 093.575/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
São Simão Saneamento Ambiental S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis São Simão Saneamento Ambiental S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 26 de maio de 2022 (data de início das operações) e 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da São Simão Saneamento Ambiental S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para operíodo compreendido entre 26 de maio de 2022 (data de início das operações) e 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2023

Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 025.583/O-1

Márcio Romulo Pereira
CT CRC 1RJ 076.774/O-7

Assinado de forma digital por EDITORA AZUL LTDA:36241367000144
DN: c=BR, st=GO, l=Goiania, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CNPJ A1, ou=AC SERASA RFB, ou=28846803000180, ou=PRESENCIAL, cn=EDITORA AZUL LTDA:36241367000144